

O PROJETO RESGATE DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA BARÃO DO RIO BRANCO: ACESSO ÀS FONTES DA HISTÓRIA DO BRASIL EXISTENTES NO EXTERIOR

Esther Caldas Bertoletti
(Fundação Biblioteca Nacional)

Heloísa Liberalli Bellotto
(Universidade de São Paulo)

Erika Simone de Almeida Carlos Dias
(Universidade Nova de Lisboa/CHAM/FCT)ⁱ

Resumo: Linhas gerais do Projeto Resgate apresentando a origem, formação, estrutura, objetivos e resultados deste trabalho de identificação, descrição, digitalização e difusão (por via impressa e digital) dos documentos de interesse da história do Brasil existentes nos arquivos europeus, com ênfase nas atividades desenvolvidas no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, onde se encontram abundantes e variados registros da administração portuguesa no Brasil colonial entre os séculos XVI e XIX.

Palavras-chaves: História do Brasil; História do Império Português; Pesquisa histórica; Administração colonial luso-brasileira; descrição arquivística.

Abstracts: General outline of the Projeto Resgate presenting the origin, development, structure, goals and results of this task of identification, description, digitalization and diffusion (by printed and digital way) of the documents concerning to Brazil's History existing in European Archives, with prominence for the action developed in the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, where exist abundant and varied records concerning the Portuguese administration in colonial Brazil between the XVI and XIX centuries.

Key-words: History of Brazil; Portuguese Empire History; Historical Research; Colonial Luso-Brazilian History; Archival Description.

O aparente paradoxo que existe entre o incontestável direito que tem um país ao acesso pleno às fontes de informação da sua história e os ditames da Arquivística, da Administração Pública e do Direito, que preconizam a permanência física dos suportes documentais originais tradicionais em seus domicílios arquivísticos de praxe pode ser, nos dias de hoje, exemplarmente contornado, em instância preliminar, pela identificação, referenciação e descrição daquelas fontes em instrumentos de pesquisa e, de forma mais cabal, pela sua obtenção virtual por meio da microfilmagem e da digitalização dos documentos na íntegra, para serem disponibilizados aos pesquisadores de maneira inequívoca, clara e direta.

Um país pode obter, nos outros países que, por uma ou outra razão, estiveram ligados ao seu próprio passado, a referenciação, a descrição e a reprodução dos recursos

documentais de interesse para o estudo do seu passado, por meio de projetos internacionais de cooperação arquivística. Esta é a essência do (chamado) Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, do Ministério da Cultura do Brasil, que conta com a colaboração do Ministério de Relações Exteriores e tem recebido apoio de governos estaduais, várias universidades, de fundações e instituições culturais públicas e privadas e de fundações de amparo à pesquisa.

Pois como se sabe, o acesso às fontes da história colonial nunca foi tarefa fácil para os pesquisadores, sendo brasileiros era ainda mais complicado, uma vez que as fontes para o estudo desta área da historiografia se encontravam a milhares de quilômetros de distância, do outro lado do Atlântico. Era necessário viajar à Europa para poder ler e analisar os atos normativos, as cartas, ofícios e despachos fossem das autoridades soberanas, fossem dos conselhos dirigidos aos súditos, fosse a correspondência dos vice-reis do Brasil e demais governadores e autoridades coloniais e/ou oriundas dos habitantes nas colônias sobre as mais diversas matérias, desde comércio colonial e defesa do território ao tráfico de escravos, administração, governo e aplicação da justiça, além de toda a massa documental relativa à administração do dia a dia da América Portuguesa.

Dentro deste contexto, o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, na sua faceta concernente à Portugal, facilitou e expandiu o acesso às fontes para a História do Brasil colonial, ao tratar, microfilmear e digitalizar a documentação concernente às “terras de Vera Cruz” existente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), fazendo depositar uma cópia de todos os microfilmes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e parte deles em arquivos estaduais e universidades públicas brasileiras, por se tratar da relação entre Brasil e Portugal, enquanto foram colônia e metrópole. O projeto propiciou ao estudante de várias áreas do conhecimento científico (história, história da arte, educação, filologia, paleografia, sociologia, antropologia, etc.) a possibilidade de conhecer, de aprofundar estudos e de escrever artigos, teses e livros acerca deste nosso passado comum.ⁱⁱ

A denominação Barão do Rio Branco foi escolhida em razão deste titular do Império, durante a sua gestão à frente do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, no princípio do século XX, ter se interessado sobremaneira pela recuperação da informação histórica brasileira, incentivando e promovendo a estada de paleógrafos, historiadores e escritores em arquivos europeus para que copiassem documentos de interesse para a História do Brasil.

O Projeto existe desde 1992, sob coordenação da Doutora Esther Caldas Bertoletti, desde então assessora especial do Ministro da Cultura do Brasil, contando com uma equipe mutante de mais de uma centena de arquivistas, historiadores, paleógrafos e pesquisadores, predominantemente brasileiros, mas também alguns estrangeiros, que vem atuando em arquivos de Portugal, sobretudo, mas também de Espanha, Itália, Vaticano, Inglaterra, França e Holanda no sentido do levantamento, identificação, referenciação, leitura dos documentos e elaboração de verbetes para catálogos ou para guias de fontes, tendo este trabalho, como sequência, a microfilmagem e a digitalização dos documentos.

O Projeto Resgate é, portanto, um projeto arquivístico internacional de cooperação entre o Ministério da Cultura do Brasil e arquivos europeus, e entre o mesmo ministério e universidades, instituições de fomento à pesquisa, arquivos e fundações culturais, tanto brasileiros como estrangeiros.ⁱⁱⁱ

No primeiro caso, o dos arquivos europeus, a cooperação se corporifica, além do trabalho técnico científico comum, também no sentido do acolhimento, disponibilidade de acesso e manutenção de infra-estruturas facilitadoras do trabalho, além do financiamento de publicação de guias ou de catálogos.

No outro caso, a cooperação interna no Brasil, com universidades, arquivos, fundações culturais e outras instituições, tem sido no sentido de financiamento de publicações, microfilmagem, digitalização, viagens, bolsas de manutenção e ajudas de custo sem as quais não poder-se-ia dispor de recursos técnicos e nem humanos qualificados; além disso, algumas universidades, alguns arquivos e institutos de pesquisa brasileiros têm colaborado no sentido de autorizar deslocamentos de seus professores e pesquisadores para os arquivos-alvo do projeto na Europa, assim como no sentido de administrarem o depósito, a custódia e utilização dos catálogos, dos rolos de microfimes e dos CD- Roms, produtos do Projeto.

Tem este um cariz fundamentalmente cooperativo, divulgador, democrático e aberto visando o conhecimento, a difusão e o intercâmbio de informações relativas ao Brasil existentes no exterior. Baseado no programa da UNESCO do Guia de Fontes para a História das Nações, porém mais ambiciosamente pensado para ir muito além da simples referenciação de documentos existentes nos vários arquivos. Pelo menos em relação ao principal repositório destas fontes – o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa - foram elaborados catálogos constituídos de resumos unitários, os verbetes, introduções temáticas, metodológicas e técnicas, além de índices temáticos,

onomásticos e topográficos. Além disso – e é essa a grande característica distintiva do projeto em relação a outros semelhantes – foi feita microfilmagem total dos documentos, sendo que no topo de cada fotograma inicial de cada documento consta a reprodução do respectivo verbete, sendo os microfilmes passados a CD-Roms. Assim, para cada conjunto documental básico há um catálogo, rolos de microfilmes e CD-Roms de acordo com a extensão do material respectivo.

Historicamente, o embrião do Projeto Resgate está no início do século XIX, quando, dentro dos parâmetros da filosofia e historiografia positivistas e da preocupação com afirmação das nacionalidades, dá-se o aparecimento, em todo o mundo, das grandes instituições a serviço a cultura, da pesquisa, do culto aos símbolos nacionais e da organização burocrática, tais como os grandes arquivos, bibliotecas e museus. No Brasil, surgem no Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e, também, o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Uma das grandes preocupações destas duas últimas entidades, que contavam com o entusiasmado apoio do Imperador D. Pedro II, era voltada para os documentos de interesse do Brasil que se encontravam no exterior. Para copiá-los, foram enviados para Portugal e Espanha, eminentes historiadores, letrados e paleógrafos, pagos pelo poder público, para “resgatar” informações de interesse histórico para o Brasil. Nos inícios do século XX, quando ministro das Relações Exteriores, como já foi mencionado, o Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, incentivou e intensificou sobremaneira estas buscas, tendo, por isso mesmo, emprestado o seu nome do atual Projeto Resgate de Documentação Histórica.

Nas décadas de 1970 e 1980 do século XX houve tentativas, por parte do mesmo Ministério das Relações Exteriores, no sentido de auspiciar projetos que pudessem dar suporte a indivíduos ou a equipes que pudessem levantar documentos de interesse brasileiro no exterior, em geral, não somente da Península Ibérica. Alguns chegaram a serem iniciados, em Portugal, com o apoio de bolsas de estudos da Fundação Calouste Gulbenkian a professores universitários brasileiros, envolvendo as primeiras tentativas de elaboração de catálogos e/ou microfilmagem de documentos, mas foram demasiadamente pontuais e sem continuidade, por razões de ordem várias.

Quando, sob os auspícios da Comissão de Eventos Históricos do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico), se preparavam, no Brasil, as comemorações dos centenários da libertação dos escravos, da proclamação da República e do bicentenário da Inconfidência Mineira (o primeiro

movimento de grande vulto contra a dominação portuguesa) e também os 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, surgiram, entre outras iniciativas e discussões em torno daqueles temas, projetos de descrição de documentos. Na segunda metade da década de 80 do século XX, um destes projetos era relativo aos documentos de Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, sob a coordenação do Professor Caio Boschi.

O exemplo dado por Minas Gerais passou a ser seguido, agora de forma institucionalizada, concreta e mais ambiciosa, a partir de 1992, pelo estabelecimento do Projeto Resgate, dentro do Ministério da Cultura, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, sob a coordenação do sempre lembrado Embaixador Wladimir Murtinho e com a coordenação técnica geral da doutora Esther Caldas Bertoletti, assessora especial do então Ministro da Cultura, embaixador Jerônimo Moscardo e depois do Professor Francisco Weffort. A exemplo dos trabalhos feitos para Minas Gerais, e em função dos recursos e do planejamento no âmbito do Projeto Resgate acabou por estender-se, dentro do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, para os outros conjuntos documentais referentes às demais antigas capitanias coloniais. São elas: São José do Rio Negro (atual Amazonas), Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro. E para além das capitanias, o Projeto Resgate organizou também diversas séries e subséries de interesse para o Brasil como a da Colônia do Sacramento e Rio de Prata, Secretaria do Conselho Ultramarino, o conjunto de Códices, e outras séries e subséries. E foi feito também um conjunto de documentos que ficaram “esquecidos” na Biblioteca Nacional de Portugal, quando da transferência dos documentos do Conselho Ultramarino para o recém-criado Arquivo Histórico Colonial.^{iv}

As extensões do Projeto foram para arquivos de outros países: Espanha, Itália, Vaticano, França, Holanda, Reino Unido, Áustria, Bélgica, Estados Unidos para os quais, face à evidente impossibilidade da descrição unitária, foram (ou estão sendo) elaborados os chamados guias de fontes (embora, alguns deles, como o de Espanha, por exemplo, haja características também de catálogo, em razão do seu nível de detalhamento). E o da Holanda, que prossegue nos trabalhos com o apoio da Universidade de Leiden na publicação dos Catálogos com os verbetes bilíngue, sob a coordenação da professora doutora Marianne Wiesenbron.

Desde seu início, o Projeto seria caracterizado como de cooperação internacional, trabalhando, no decorrer de sua evolução, com vários organismos públicos e entidades privadas dos países envolvidos. Concebido como integrante das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, ficou claro desde seu início, que ele se propunha a colocar à disposição da sociedade brasileira os testemunhos de sua história, testemunhos que se achavam nos arquivos de outros países. Para tanto, necessitava que se estabelecesse uma dinâmica de cooperação institucional internacional. Deste modo, foram incansáveis os contatos, viagens, reuniões, visitas e entrevistas feitas pelo coordenador geral, embaixador Wladimir Murтинho, falecido em dezembro de 2002 e sua coordenadora técnica, agora respondendo inteiramente pelo Projeto, a técnica consultora em documentação da Fundação Biblioteca Nacional, Esther Caldas Bertolletti. O principal investidor tem sido o mesmo Ministério da Cultura, por meio de dotação orçamentária, incentivo fiscal ou fundo de cultura, mas inúmeras outras instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, em diferentes proporções completam o financiamento do Projeto. Mais de 3 milhões de dólares provenientes de todas estas entidades constituíram o suporte financeiro para cobrir os gastos de transporte e manutenção dos pesquisadores (em sua esmagadora maioria, brasileiros historiadores e arquivistas, pós-graduados com especialização e/ou com mestrado e doutorado), de coordenadores, além dos gastos com a compra e confecção de microfimes e dos CD-Roms, com a publicação de catálogos e com a sua difusão e distribuição.

Investimento que deu frutos. Transportar os microfimes e Cds desta documentação para o Brasil, percorrendo o mesmo caminho que muitos navegadores a partir de Cabral fizeram, assim como um rei e sua corte, facilitou a busca em História colonial para os pesquisadores, graduandos e alunos de pós-graduações espalhados pelo Brasil, e propiciou o aumento da pesquisa para todos os portugueses e estrangeiros que se deslocam até o Arquivo Histórico e comodamente conseguem o acesso aos catálogos publicados ou em formato digital disponíveis naquele arquivo.

As buscas temáticas, por palavra-chave, ou onomástica, apresentam-se agora altamente facilitadas. Afinal, são dezenas de milhares de verbetes contendo o resumo do documento, a data, o autor, o destinatário e os anexos que por ele são abrangidos. Pois é sempre bom lembrar que os arquivos ditos históricos possuem nas caixas, nos maços, nos códices, um pouco de tudo: modos de governar, de educar, de viver... informações que ultrapassam em muito o interesse dos pesquisadores/historiadores. São de interesse

de todos: políticos e pessoas comuns^v. E não é diferente no Arquivo Histórico Ultramarino ou AHU, como será doravante tratado.

O AHU está instalado no Palácio da Ega em Lisboa, e foi criado em 1931, para atender à necessidade de reunir toda a documentação sobre a administração ultramarina portuguesa. Relativamente ao Brasil, as fontes de informações - troca de correspondência entre as autoridades locais e o poder central na metrópole, o controle e desenvolvimento das carreiras burocráticas eclesiásticas, militares, assim como a movimentação dos agentes delegados do império - revelam-se em cerca de duas mil caixas de documentos avulsos, em mais de oitocentos e trinta códices, bem como, nas coleções de iconografia e cartografia. Trata-se de um acervo de valor incalculável, dada a sua diversidade temática. São todas as espécies de documentos (leis, regimentos, instruções, mapas, etc.) concernentes aos mais de trezentos anos de administração colonial portuguesa no Brasil.^{vi}

Em números, o Projeto Resgate impressiona. Foram mais de 100 pesquisadores, 21 catálogos publicados, apoio financeiro e logístico de 112 instituições públicas e privadas, 40 universidades públicas e privadas, 8 fundações de apoio à pesquisa, 12 fundações culturais privadas, 4 prefeituras, 8 ministérios, 28 institutos histórico-geográficos, 18 empresas privadas, 3 instituições públicas portuguesas (Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses) além do aporte de peso trazido pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal. Ainda em termos de números, só no Arquivo Histórico Ultramarino, foram vistas cerca de 2400 caixas, contendo cerca de 300.000 documentos (entre documentos principais e anexos), quase “3 milhões de páginas manuscritas lidas, relidas, microfilmadas, transferidas para o Brasil e hoje, quase totalmente disponíveis para os pesquisadores”, como afirmou a coordenadora do Projeto em uma das inúmeras entrevistas que vem concedendo aos meios de comunicação no Brasil e no exterior.^{vii}

As etapas técnicas do trabalho, com diferentes graus de profundidade e abrangência, porém com o mesmo senso de critério, cuidado e precisão, tem consistido basicamente em: 1. identificação; 2. conferência no caso dos documentos múltiplos; 3. reconhecimento do conjunto documental nos casos da elaboração de inventários (nos arquivos que não o Ultramarino) ou 4. leitura paleográfica nos casos da descrição unitária (no Arquivo Ultramarino de Lisboa); 5. elaboração, diretamente em forma digital, do verbete descritivo, fosse o correspondente à série ou ao conjunto, fosse o

correspondente à peça documental; 6. montagem dos catálogos com introdução, explicação metodológica, anexos correspondendo a dados históricos, bibliografia, glossários, etc., a partir da impressão deste corpo de verbetes. Paralelamente, visando à microfilmagem e edição dos CD-Roms, os técnicos procediam o recorte e colagem de cada verbete nas capas dos documentos (isto no caso do Arquivo Histórico Ultramarino); microfilmavam a documentação, produzindo-se rolos correspondentes aos grandes conjuntos documentais. A partir dos rolos de microfilmes foram produzidos os CD-Roms, conservando a mesma sinalização da notação de origem.

O processo de microfilmagem obedeceu a todas as mais modernas normas internacionais e os microfilmes foram duplicados em 4 conjuntos que foram trazidos para o Brasil, ficando em Lisboa a cópia master e uma cópia de pesquisa. Na Biblioteca Nacional conserva-se a cópia de segurança, um negativo de segunda geração, saís de prata e outra cópia negativa foi entregue com a documentação relativa a cada estado da federação brasileira, mais precisamente, ao Arquivo Público Estadual de cada um deles. As cópias positivas dos rolos de pesquisa já estão disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e naqueles arquivos.^{viii}

A etapa seguinte é a digitalização, única forma de ampliar ainda mais o acesso e maior democratização deste acesso. Para tanto foi contratada uma firma especializada que desenvolveu um *software* mono-usuário de pesquisa apropriada para as necessidades do Projeto e para a digitalização automática dos rolos de microfilmes. Foi desenvolvida uma base de dados que indicava as principais informações em mídias apropriadas aos conceitos internacionais, nas quais o pesquisador poderia ir direto ao documento que lhe interessava sem necessidade de passar uma a uma, as milhares de páginas.

A vantagem atribuída pelos especialistas encarregados da elaboração destes sistemas de microfilmagem e digitalização é que, segundo eles, se preserva a memória histórica brasileira, se facilita a publicação de valor histórico, se padroniza a forma de busca dentro de padrões internacionais, se obtém rápido acesso.

Os catálogos dos conjuntos documentais correspondentes às antigas capitâneas, dentro do grande fundo denominado Brasil, tiveram a orientação técnica e a editoração supervisionada pelos coordenadores científicos nos respectivos estados brasileiros aos quais correspondiam. A orientação arquivística de ordem diplomática e de ordem descritiva foi dada pelas equipes científicas do Arquivo Histórico Ultramarino. Assim, a

descrição unitária dos documentos apresenta-se relativamente homogênea, mas a composição editorial, não.

Com o Projeto Resgate no AHU, as capitanias passaram a ter novas cotas que as designam, por exemplo, a sigla alfa numérica CU_005 corresponde a Bahia, a sigla CU_005-01 a documentação da Bahia catalogada por Castro e Almeida e a sigla CU_005-02 a documentação catalogada pela Luísa da Fonseca. O Rio de Janeiro tem a sigla CU_017 para a documentação avulsa e CU_017-01 para os documentos catalogados por Castro e Almeida e Pernambuco tem a sigla CU_015.

Informações sobre as séries do Brasil, cotas, nº de caixas e de documentos seguem no quadro abaixo:

Série	Cds	Rolos de microfilmes	Caixas	Nº. de docs.	Datas ext.
003-Brasil-Geral	Nos cds do CU-Diversos (18 cds no total)	44	46	3799	1610 – 1832
004-Alagoas	1	9	7	532	1680 – 1826
005-Bahia	32	293	281	19610	1604-1828
005-01 BA_CA	25	143	151	30374	1613-1807
005-02 BA_LF	6	38	34	4384	1599-1700
006-Ceará	3	22	24	1436	1618-1832
007-Espírito Santo	2	7	8	1549	1585-1822
008-Goiás	7	73	56	2950	1731-1822
009-Maranhão	14	199	180	13118	1614-1833
010-Mato Grosso	9	39	44	2221	1720-1827
011-Minas Gerais	54	174	189	13969	1680-1832

CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA
 ISBN 0102-9487

012-Sacramento	1 CD Rio da Prata	9	8	662	1682-1826
01316-Pará	16	178	165	12690	1616-1833
014-Paraíba	6	57	50	3523	1593-1826
015-Pernambuco	25	336	290	20029	1590-1825
016-Piauí	5	37	32	1716	1684-1828
017-Rio de Janeiro	20	287	295	20964	1614-1830
017-01 RJ-CA	7	83	88	20485	1617-1757
018-Rio Grande do Norte	1	12	10	684	1623-1823
019-Rio Grande do Sul	2	15	13	822	1732-1825
020-Rio Negro	2	21	18	750	1723-1825
021-Santa Catarina	1	11	10	619	1717-1827
022-Sergipe	2	7	6	495	1619-1822
023-São Paulo	4	33	30	1383	1644-1830
023-01 SP-MG	7	70	66	5113	1618-1805
030-Serviço de Partes	Nos cds do CU-Diversos	4	5	684	1618-1807
035-Ultramar	Nos cds do CU-Diversos	26	36	3053	1581-1832
050-Contratos do Sal	Nos cds do CU-Diversos	3	2	138	1700-1801

CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA
ISBN 0102-9487

059-Brasil-Limites		5	4	289	1699-1843
065-Montevidéu	No mesmo CD do Rio da Prata	3	4	224	1778-1824
066-Buenos Aires	Rio da Prata	1	1	22	1753-1823
071-Paraguai	Rio da Prata	1	1	27	1618-1762
076-Reino			Cerca de 500 caixas 251 Feitas (Reino e Vários)		Séculos XV-XX
084-Visita do Ouro	No cd do CU-Diversos	1	1	54	1771-1788
089-Conselho Ultramarino	1	22	22	2020	1642-1833
Séries		2495	Caixas	Documentos	Datas

Volumes:

(Cód. I e II) 232+21	831 (Cód. I, II, III)	253 Rolos de microfilmes Total (caixas e códices): 2748 Rolos (2495 das caixas e 253 dos códices)
2748 Rolos	2177 Cxs + 831 Códiçes.	190.388 Docs (capitanias, Rio da Prata e conselho ultramarino diversos) *mais os do Reino (12 mil) e mais o do Conselho Ultramarino Vários (2500) - 204 mil 888 documentos. Cerca de 205 mil documentos tratados pelo Resgate.

Total de códiçes do Conselho Ultramarino	Cerca de 2000
--	---------------

Códices Resgate	831 Foram feitos pelo Resgate, cerca de 41, 5%
Total de caixas existentes no AHU	4279
Caixas feitas pelo Resgate	2427 Sendo 2176 das capitânicas +251 (reino e vários): Cerca de 56, 7%
Totais de volumes	6279 (Caixas e códices)
Totais Resgate Caixas e códices	3258 (das caixas e códices do AHU), Cerca de 51, 9% do total de volumes foi feito pelo Resgate.

Vale ressaltar que além das capitânicas do Brasil, o Projeto também tratou e microfilmou séries como o Ultramar 1581-1834 (36 caixas - 3053 documentos), que corresponde ao Fundo Conselho Ultramarino/Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Esta série, conjuntamente a outras quatro abaixo descritas, constitui o catálogo denominado “Conselho Ultramarino: Diversos”, um dos últimos trabalhos do Projeto Resgate – Portugal. Na série Ultramar foram identificadas as tipologias documentais e suas categorias, assim como as funções dos signatários e destinatários. Levantou-se a tramitação dos documentos interna e externamente ao Conselho e à Secretaria da Marinha e Ultramar, tanto quanto foram pesquisados os momentos históricos implicados no conteúdo dos documentos. Para isso foram consultadas normas contemporâneas burocráticas aos documentos, obras de História de Portugal e de seu império colonial, manuais de diplomática, dicionários jurídicos, genealógicos e nobiliárquicos, tratados de direito administrativo, e toda a regulamentação interna do Conselho Ultramarino. Estes últimos serviram sobretudo para que melhor se pudesse compreender a composição de certos documentos, que na sua tramitação vão sendo compostos obrigatoriamente por vários tipos documentais, sem os quais não podem adquirir fé jurídica.

Por conter informações relativas, ao mesmo tempo, a várias partes do Império, não deixando, no entanto, de estarem relacionadas, em alguma maneira, com o nosso país, é que a série Ultramar é atípica em seu conteúdo. Também é atípica no referente a horizontalidade da correspondência, ao contrário da documentação com que nos deparamos nas demais séries referentes ao Brasil, compostas de documentos ascendentes e descendentes. Explica-se. São descendentes os originados na Coroa e seus Conselhos e Secretarias e dirigidos às autoridades delegadas e aos súditos. São

ascendentes os dos súditos e das autoridades delegadas dirigidos à Coroa, aos Conselhos e às Secretarias e, ainda, os dos Conselhos e Secretarias à Coroa. São horizontais os documentos que tramitam entre autoridades ou entre Conselhos e Secretarias e ainda, os de assentamentos, os notariais e os instrumentos jurídicos.

Ora, os típicos documentos descendentes: alvarás, cartas de lei, cartas régias, provisões, decretos, instruções, portarias, cartas de mercês (como as concedendo sesmarias ou postos militares ou postos civis), que tinham sido abundantes nas séries correspondentes às capitânicas, aqui, na série Ultramar, ocorreram em menor número. Quanto aos documentos ascendentes: requerimentos, ofícios, cartas, representações, pareceres, abaixo-assinados, que, na verdade, são os contrapontos suficientes e necessários àqueles, nesta série também não são numerosos, embora seja constante uma de suas tipologias, o ofício - relatório, como é o caso do realizado por ocasião das visitas do ouro, feitas pelas inspeções de alfândega às embarcações chegadas do Ultramar.

Na série Ultramar o que ocorre é maior abundância de documentos horizontais: avisos, escritos de secretário, ofícios, bilhetes. Estes, com exceção dos ofícios, aparecem compondo expedientes e processos que, sem a sua presença, não chegariam à sua finalização. Isto, embora não se desconsidere que haja também documentos descendentes ou ascendentes, como o exemplo dado, o das visitas do ouro. Já os documentos também horizontais tais como os de assentamento e os instrumentos notariais e jurídicos (termos, certidões, atestado, autos, contratos), também não foram numerosos na presente série.

As temáticas mais presentes nesta série são, entre outras, a transferência dos presos degredados, sobretudo militares, que, de todo Portugal eram encaminhados às prisões de Lisboa, para serem distribuídos para os diferentes destinos de degredo: Índia, Moçambique ou Brasil. Também fazem parte dessa série os termos que os funcionários da Alfândega redigiam após as chamadas visitas do ouro, que eram as inspeções das cargas e passageiros chegados a Lisboa, das embarcações que, vindas do Oriente, faziam escalas na África e no Brasil. Há também muitos documentos sobre carreiras de magistrados, suas nomeações saindo de uma parte do Império e dirigindo-se a outros. Encontramos muitos requerimentos de oficiais e dos funcionários pedindo serventias, regalias e pagamentos. Inúmeros avisos, ofícios e anotações de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o destacado Secretário de Marinha e Ultramar, que sucedeu a Martinho de Melo e Castro.

Além da série do Ultramar, deve ser ressaltada a série Brasil-Geral, pois é a maior entre as que compõem o presente catálogo. Nela encontramos as adendas das séries do Brasil que, por razões diversas, não foram tratadas e microfilmadas no momento em que foram executados os trabalhos de cada capitania. A série Brasil-Geral possui 46 caixas (3799 documentos), e sua documentação é muito semelhante àquela encontrada nas demais séries do Brasil. Requerimentos, cartas, ofícios, avisos, consultas, decretos são tipos documentais facilmente encontrados neste catálogo, bem como os assuntos a que se referem. Como são acréscimos do que já está descrito nas outras capitanias, muitas vezes foram postas observações relacionando o documento deste catálogo com os demais já publicados pelo Projeto Resgate. Nesta mesma série também se encontram documentos da antiga série denominada Brasil que contem generalidades que, de acordo com o critério geográfico utilizado pelo arquivo, não se enquadravam em nenhuma capitania especificamente. Isto ocorreu porque diziam respeito a muitas capitanias, ora porque o assunto era referente a América Portuguesa, mas a nenhuma parte dela em particular.

Brasil-Geral e Ultramar têm outra particularidade: nelas encontraremos documentação referente ao período da Corte no Rio de Janeiro, que foram separados da série CU_017 (Rio de Janeiro - avulsos) por não dizerem respeito a aquela capitania exclusivamente e sim ao império português, cujo centro tinha sido deslocado para o Novo Mundo, por conta da situação conflituosa na Europa.

Compreende-se como o Rio de Janeiro passa de fato a ser a capital do império português, centralizando na América as ligações comerciais entre o Atlântico sul e o Índico, deixando de parte a antiga metrópole situada na Europa, cuja capital Lisboa antes era um dos vértices destas ligações comerciais triangulares. O centro decisório e de poder passa a ser o Rio de Janeiro, os avisos dos secretários de estado lá residentes, junto com o rei, mostram como a correspondência trocada entre Lisboa e o novo centro do império se baseiam nas decisões tomadas pelo Conselho de Estado em terras brasileiras a partir das cartas e consultas enviadas de Lisboa para a apreciação régia.

Além dessas duas séries, o Catálogo do Conselho Ultramarino – Diversos, que será publicado ainda este ano, também descreve os documentos das séries denominadas “Serviço de Partes”, “Contratos do Sal” e “Visita do Ouro”. A primeira refere-se as informações do Conselho da Fazenda, até 1643, e do Conselho Ultramarino, a partir da data de sua criação, sobre os serviços prestados à coroa portuguesa por nobres, por militares, e por donos de embarcações que auxiliaram os reis portugueses e espanhóis,

durante o período da União Ibérica, na luta contra os holandeses principalmente no Brasil e na África. E posteriormente nas guerras da Restauração Portuguesa contra os espanhóis. A maior parte da documentação desta série é referente aos serviços militares prestados no Brasil durante o século XVII.

A série *Visita do Ouro* versa sobre as inspeções feitas aos navios oriundos do Ultramar que entram no porto de Lisboa. Documentação exclusivamente da segunda metade do século XVIII confirma que a maior parte das embarcações que atracaram no porto de Lisboa eram provenientes da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, regiões brasileiras que tinham importante papel no comércio colonial, como é sabido e aceito pela historiografia luso-brasileira.^{ix}

E por último a série *Contratos do Sal* que versa sobre repartição e comercialização do sal e a lotação de sal que os navios que saíam do Reino em direção ao Ultramar deveriam ter.

É preciso advertir que se juntaram documentos de conteúdos tão variados em um único catálogo por serem séries de tamanho diminuto, não fazendo sentido uma publicação individual. E que, apesar de estarem juntas dentro do catálogo a numeração de seus documentos foi feita de forma singular, sem haver continuidade entre uma série e outra. A continuidade se dá através do número de catálogo, e os índices referem-se a ele e não ao número do documento de cada série, com exceção da série *Ultramar*, na qual os dois números são coincidentes. Também 831 códices (livros de registros) contendo cópias de alvarás, decretos, provisões, consultas, cartas, escritos, avisos e outros papéis dos reis, dos Conselhos Ultramarino e o da Fazenda, dos secretários de Estados e diferentes autoridades metropolitanas e coloniais.

Como já dito, os números gerais do Projeto impressionam pela grandeza, são mais de 205 mil documentos tratados, 2748 rolos de microfilme e 315 CDs, que se encontram à disposição dos pesquisadores em grande parte dos arquivos brasileiros, e em algumas instituições estrangeiras, efetivamente na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, e também no AHU em Lisboa.

A série *Reino*, que atualmente está sendo ordenada e descrita, é formada por cerca de 500 caixas, das quais se encontram inventariadas 200, principalmente dos séculos XVI, XVII e XIX. A documentação está sendo tratada, organizada caixa a caixa, descrita, carimbada e numerada pelo Projeto Resgate em colaboração com o Arquivo Histórico Ultramarino. Atualmente está sendo preparado um instrumento de

pesquisa que estará a disposição dos investigadores com a elaboração de verbetes para cada um dos documentos.

Em linhas gerais, podemos dizer que a documentação dos séculos XVI e XVII existente nesta série consiste, na sua maior parte, de cartas, requerimentos, consultas, mandados, despachos, escritos, informações, autos, certidões, cartas de propriedade ou de mercê. Até por volta do início do período da Restauração, é sobretudo oriunda do Conselho da Fazenda (criado em 1591), entidades a ele subordinadas, como a Casa da Índia, ou então superiores, como os vice-reis. No que diz respeito às questões ultramarinas, trata dos contratos de exploração dos mais importantes produtos da Índia e do Brasil (especiarias, açúcar e madeiras), da construção de navios e do apresto de armadas, referindo em detalhe o processo de fabrico do biscoito, o plantio, o corte e a condução de madeiras para os estaleiros do Porto e de Lisboa, a compra de linho cânhamo para as enxárcias, salitre, breu e alcatrão para a pólvora, e as armas necessárias ao apetrechamento das forças militares, que tanto se levantam no Reino, como se contratam no exterior, com volumosas despesas em alimentação, diárias, soldos e alojamentos, cobertas por tributos e arrecadações em que se destacam o real d'água, o imposto sobre a carne e os pagamentos exigidos à gente da nação, para sustentação das guerras filipinas na Europa e no Brasil.

O rol das tarefas de natureza mais propriamente interna abrange também o desembaraço e a armazenagem de cargas na Casa da Índia, o pagamento de propinas, esmolas, juros e tenças a oficiais, particulares, viúvas e herdeiros de antigos servidores, instituições religiosas e assistenciais. Para além disso, existem processos relativos ao despacho de requerimentos de ofícios nos almoxarifados, nas alfândegas e várias outras instâncias administrativas espalhadas pelo Reino.

Boa parte destas matérias continua a constar em documentos de datas posteriores. Mas, sobretudo a partir de meados do século XVIII, verifica-se uma maior diversidade de assuntos e de tipos documentais representados, que se podem atribuir ao alargamento de competências de alguns órgãos centrais da Coroa e ao desempenho ocasionalmente simultâneo ou subsequente de mais do que um cargo pelos mesmos titulares. Lado a lado com uma série de ordens para os governos coloniais, ofícios sobre a defesa costeira, saúde pública e navegação, petições de funcionários do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, avisos e escritos trocados entre os mais destacados responsáveis dessas entidades, memórias sobre recursos botânicos e minerais, cunhagem de moeda, contas de gastos com obras impressas,

cobranças de contratos, apetrechos militares e fardamentos, existem, portanto, igualmente, mapas de despesas de viagens da família real, legislação relativa ao território europeu do império, memórias históricas, cartas de crença, escritos, passaportes e ofícios de chefes missões diplomáticas portuguesas e estrangeiras, cartas particulares, minutas e originais de correspondência ativa e passiva dos grandes validos da época.

Os últimos anos do século XVIII e os seguintes, do XIX, introduzem os problemas decorrentes das guerras de expansão da França napoleônica, da transferência da Corte Bragantina para o Brasil e de todo o conjunto de transformações de ordem política do intervalo de 1820 a 1834. Aumentam os ofícios relativos a presos militares, pagamentos de soldos e atividades de defesa da costa; passaportes de navios; notas, faturas e recibos de mercadorias despachadas por embarcações de diversas origens, mas sobretudo britânicas. Existem ainda séries inteiras de avisos, mandados e portarias das juntas de governo, registros de transporte de indivíduos para o Rio de Janeiro, e de volta para o Reino, tarefas relativas à logística das obras em curso nos paços reais e testemunhos de combates militares. Pouco depois da regência da Infanta D. Isabel, os documentos produzidos pelo governo absolutista de D. Miguel convivem por vezes nas mesmas caixas dos de D. Pedro, ora referido como duque de Bragança, ora como D. Pedro IV.^x

Para compreendermos melhor a divisão geográfica e cronológica da documentação do AHU, passaremos a dar alguns esclarecimentos sobre a forma como o AHU está dividido. Podemos dizer que os papéis que se encontram depositados no AHU são oriundos de três Fundos, o do Conselho Ultramarino (séc. XVI a 1833), o da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1834-1910) e o do Ministério do Ultramar (1911-1975).^{xi}

O AHU recebeu documentação do Arquivo do Ministério das Colônias, proveniente de diversos organismos ligados à administração ultramarina, além de documentação remetida pelos governos coloniais. O seu acervo antigamente era dividido em duas seções. A primeira compreendia a documentação mais antiga, de meados do século XVI até 1833 (dos Fundos Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar) e a 2^a, compreendia a documentação posterior a 1833 (da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar somente e do Ministério do Ultramar).^{xii}

Além do Conselho Ultramarino, a 1ª seção tem documentos oriundos do Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência e Ordens, Casa da Índia, Conselho da Índia e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

Sobre o Conselho Ultramarino podemos dizer que com a Restauração Portuguesa em 1640, D. João IV sentiu a necessidade de criar um tribunal com o objetivo de centralizar a administração em além-mar. Órgão cuja esfera de administração era vasta, pois segundo o seu regimento, ao Conselho competiam todos os assuntos de qualquer qualidade referentes à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, restantes partes ultramarinas e lugares de África, bem como a administração da Fazenda de todos os domínios ultramarinos, o provimento de todos os cargos de Justiça, Guerra e Fazenda e a consulta de todas as naus e navios a serem enviados para o ultramar.

Em 1736 é criada a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, e era da sua competência todas as atribuições da Marinha, obviamente, e os negócios respeitantes ao ultramar. Pertencia ao seu domínio a administração da Justiça, comércio, Fazenda Real, Governo dos domínios ultramarinos e negócios das missões, bem como, nomeações de governadores, capitães-generais, vice-reis, e todos os cargos civis e militares do ultramar. Aparentemente a Secretaria ao ser criada acabou por retirar algumas das competências do Conselho Ultramarino, como este havia feito com o Conselho da Fazenda, principalmente no que diz respeito às colônias.

É no âmbito destes dois Fundos, que no AHU estão juntos e nomeados com a sigla CU (Conselho Ultramarino) que encontramos as séries do Brasil já descritas acima, os documentos de todas as capitânias brasileiras, depositados na sala do Brasil, bem como os códices (livros de registro) e a documentação da Índia, da África e do Reino. Do fundo conselho Ultramarino o Resgate tratou e microfilmou 37 das 47 séries que o compõem. Mais a recém-criada série do Conselho Ultramarino Vários.

Este importante repositório custodiava também a documentação referente a todas as colônias do antigo império português: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia (Goa), Macau, Timor, Madeira, Açores, Norte da África, Brasil (constituído por 18 capitânias), documentação datada entre o século XVI e o século XX.

Esta instituição arquivística, não sendo o arquivo nacional português, não contém os atos dispostivos da Coroa e os emanados das chancelarias dos reis nem registros de órgãos administrativos em geral, mas, contém o real pulsar da

administração através de toda a rede burocrática. Uma vez que o Conselho e a Secretaria eram os órgãos destinados a resolver questões mais burocráticas e administrativas, do que propriamente as políticas, justamente por isso, é aqui que os historiadores podem encontrar os testemunhos do dia a dia daquelas colônias e, entre elas, o Brasil.

Atualmente percebe-se um novo interesse por parte dos estudantes, professores e pesquisadores brasileiros, na área de História, em investigar o período colonial, e isso se deve principalmente à simplificação no acesso às fontes de pesquisa histórica propiciada pelo Projeto Resgate. Em Portugal, o tratamento das fontes proporcionou ao pesquisador a facilidade de cruzar dados, a possibilidade de explorar outras periferias do império Atlântico português, que não a Índia e África, e de perceber melhor a circularidade dos agentes da governação da Coroa Portuguesa em mais de quatro séculos, compreendendo os circuitos que os documentos faziam, a forma como eram recebidos, despachados e resolvidos pelo rei e seus tribunais no Reino, e como as elites locais puderam influenciar as autoridades delegadas e negociar seus privilégios e fazer suas reivindicações diretamente às autoridades ou ao próprio rei.

Até a presente data, O Projeto Resgate já tem disponibilizado para os pesquisadores os seguintes guias e catálogos publicados:

GUIAS

1. *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês.* Brasília, MINC, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. 378p, com indicação de sete arquivos holandeses e referências de Fundos documentais do período de Maurício de Nassau. Já foram publicados 4 catálogos da série Maurítiana pela Universidade de Leiden em português e neerlandês. O Brasil em Arquivos Neerlandeses. Ed. Universidade Leiden-Research School CNWS.
2. *Guia de Fontes para a História Franco-Brasileira: Brasil colônia, Vice-reinado e Reino Unido.* 304p. Com indicação de 32 arquivos e bibliotecas em Paris e cidades francesas que possuem documentos manuscritos sobre o Brasil.
3. *Guía de fuentes manuscritas para la historia de Brasil conservadas en España / Guia de fontes manuscritas para a história do Brasil conservadas na Espanha.* Madrid, Fundación Mapfre Tavera/ Ministerio da

Cultura do Brasil 2002. 702p com indicação de 38 arquivos e bibliotecas em Madri e cidades espanholas e referências dos documentos de interesse para o Brasil.

4. *O Brasil nos Arquivos Britânicos e Irlandeses: Guia de Fontes.* Center for Brazilian Studies. University of Oxford, Londres/Ministério da Cultura do Brasil. 2007, 276 p. com indicação de 69 instituições. Edição também em inglês.

5. *Guia Dos Arquivos Americanos sobre o Brasil. Coleções Documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos.* Brasília/Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão. 2010. 240p. com indicação de 40 instituições.

6. *Guia de Fontes para a História do Brasil na Bélgica (1500-1922).* Bruxelas/Ministério da Cultura, 2011.com indicação de 14 instituições.

Já se acham em vias de publicação os Guias do material levantado na Itália, no Vaticano e na Áustria.

CATÁLOGOS:

1. *Códices do Fundo do Conselho Ultramarino (1605-1833).* 183p. 831 Códices microfilmados em 222 rolos e 44 CD-Roms.

2. *Capitania de Alagoas (1680-1826).* 190p. 532 Documentos microfilmados em 9 rolos e 2 CD-Rom.

3. *Capitania do Ceará (1618-1832).* 358p. 1.436 Documentos microfilmados em rolos e CD-Roms.

4. *Capitania do Espírito Santo (1585-1822)* 169p. 549 Documentos microfilmados em 7 rolos e 2 CD-Roms.

5. *Capitania de Goiás (1731-1822)* 533p. 2950 Documentos microfilmados em 73 rolos e 7 CD-Roms.

6. *Capitania de Mato Grosso (1720-1827)* 526p. 2212
Documentos microfilmados em 39 rolos e 9 CD-Roms.
7. *Capitania de Minas Gerais (1680-1832)* 3v. 13.969
Documentos microfilmados em 174 rolos e 54 CD-Roms.
8. *Capitania da Paraíba (1593-1826)* 663p. 3.523
Documentos microfilmados em 57 rolos e 6 CD-Roms.
9. *Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823)* 218p. 684
documentos microfilmados em 12 rolos e 1 CD-Roms.
10. *Capitania do Rio Grande do Sul (1732-1825)* 239p.
Documentos microfilmados em 15 rolos e 2 CD-Roms.
11. *Capitania do Rio Negro (1723-1825)* 249p. 750
Documentos microfilmados em 21 rolos e 2 CD-Roms.
12. *Capitania de Santa Catarina (1717-1827)* 174p. 619
Documentos microfilmados em 11 rolos e 1 CD-Roms.
13. *Capitania de São Paulo (1618-1830)* 3v. 6 496
Documentos microfilmados em 103 rolos e 11 CD-Roms.
14. *Capitania de Sergipe (1619-1822)* 185p. 495 Documentos
microfilmados em 7 rolos e 2 CD-Roms.
15. *Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1828)* 376p.
935 Documentos microfilmados em 14 rolos e 2 CD-Roms.
16. *Secretaria do Conselho Ultramarino (1642-1833)* 299p.
389 Documentos microfilmados em 22 rolos e 1 CD-Rom.
17. *Capitania do Piauí (1684-1828)* 350p. 1716 Documentos
microfilmados em 37 rolos e 5 CD-Roms.
18. *Capitania do Maranhão* 662 p. 1 volume. 13118
Documentos microfilmados em 199 rolos e 14 CD-Roms.
19. *Capitania do Pará* 1204 p. 3 volumes. 12690 Documentos
microfilmados em 178 rolos e 16 CD-Roms.
20. *Capitania de Pernambuco (1590-1826)* 1837p. 4 Volumes.
20029 Documentos microfilmados em 336 rolos e 25 CD-Roms.
21. *Capitania da Bahia.* 2 Volumes. 19610 Documentos
microfilmados em 293 rolos e 32 CD-Roms. Falta ainda ser publicado o volume
3: o dos índices.

22. A ser publicado ainda em 2011: *Conselho Ultramarino Diversos* (Ultramar, Visita do Ouro, Serviço de Partes, Contratos do Sal e Ultramar). 1 volume, 7728 documentos em 78 rolos e 18 CD-Roms.

Seria supérfluo reiterar, mais uma vez, a importância vital do documento para a efetivação da pesquisa histórica e só a disponibilização daquele pode possibilitar esta. Como muito bem assinala, o embaixador e historiador Luiz Felipe de Seixas Correa, no estudo introdutório que fez ao “*Guia de fuentes para la história de Brasil*”, publicado pelo convênio entre o Projeto Resgate e a Fundação Tavera: “O documento fixa o passado, reflete um instante, uma circunstância, uma maneira de ser, de estar, de transmitir. Ao tratar o documento, o historiador estabelece com ele um diálogo, uma mediação de culturas e de tempos que o habilita a formular valorações para o seu significado. O documento é a matéria-prima. O diálogo é o processo. Não há História sem um e outro. Entre os dois, entre o documento e o diálogo, medeia o tempo, a oposição passado presente que, conforme ensina Jacques Le Goff, constitui o material fundamental da História. É através da memória que, no presente, o historiador se habilita a dialogar com o passado e, portanto, a atualizá-lo.

Com o novo corpo documental disponibilizado pelo Projeto Resgate os historiadores poderão enriquecer seu diálogo com os documentos coloniais luso-brasileiros. Será possível flagrar no seu tempo real, as atitudes e comportamentos sejam os das autoridades, provedores, ouvidores, governadores civis e militares, vice-reis, oficiais das câmaras etc. assim como os dos funcionários civis, militares e eclesiásticos e assim como dos colonos em geral. As vias e fluxos da obediência e/ou da insubordinação diante de uma legislação e de um governo construído de longe, nos gabinetes palacianos, frequentemente ignorando as realidades locais coloniais. Trata-se do pulsar administrativo, é o dia a dia da governação colonial, detecta-se, de forma inequívoca, as reações do governo metropolitano, em suas variadas particularidades, durante quase 200 anos.

Mas não é somente esta realidade luso-brasileira que vem à tona, agora com contornos mais nítidos, permitindo um retrato mais consistente do Brasil dos séculos XVI a XIX, mas também, pelos levantamentos em outros países da Europa, esta mesma nitidez se poderá auferir nas nossas relações, em épocas passadas, com a Espanha, com a França, com a Itália, com a Holanda, com o Vaticano e com a Inglaterra. Observa-se que apesar de não ter havido uma ligação mais estreita tanto no período colonial como

imperial com os Estados Unidos, naquele país se encontra o acervo da Biblioteca do grande historiador brasileiro, Oliveira Lima e diversos conjuntos documentais adquiridos por universidades norte-americanas, tendo sido pois oportuno realizarmos também um Guia de Fontes naquele país.

E o ineditismo de muitas das fontes ora descritas, proporcionarão uma visão renovada do Brasil colonial e imperial, apontando novos rumos para a historiografia e possibilitando melhor conhecimento da evolução do país.

Embora a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino represente 80% dos documentos referentes ao período colonial que se encontram no exterior ainda existem outros 20% espalhados em outros arquivos portugueses e em arquivos de países europeus acima mencionados, com os quais o Brasil teve alguma ligação no decorrer de sua história.

Relativamente à Espanha, a vizinhança do Brasil com suas possessões na América, significou convivência nem sempre pacífica, mas, em outras vezes, em franco diálogo. São muitos os cruzamentos desta história comum, como se pode verificar no mencionado Guia de Fontes. De outro lado, o período da União Ibérica, tornou-nos, todos os países da América espanhola e o Brasil, sob o mesmo domínio dos Áustrias, muito embora houvesse peculiaridades, tais como a manutenção de várias áreas de autoridade portuguesa no Brasil e mesmo em território português, como é de notório conhecimento dos historiadores.

Foram levantados, na Espanha, os grandes arquivos históricos gerais, com destaque para o Archivo Histórico Nacional, o Archivo General de Simancas e o Archivo General de Indias, os da administração geral, da autonômica, os militares, os eclesiásticos, os nobiliários, os de instituições culturais e de fundações, assim como os Fundos de manuscritos de bibliotecas. A maior parte dos documentos neles contidos recebeu tratamento de descrição unitária, os outros, descrição mais sumária, por se tratar de documentos de dados repetitivos.

O mesmo período do Brasil-espanhol foi o das invasões holandesas na Bahia e em Pernambuco, fazendo com que os meados do século XVII fossem de convivência entre o Brasil e a Holanda, em matéria documental. Tal fato levou o Projeto Resgate aos arquivos holandeses. Fazia-se necessária mais uma incursão de cooperação internacional, agora, com aquele país. Com o forte apoio de instituições culturais pernambucanas e de pesquisadores brasileiros e holandeses, contando-se ainda com antigos catálogos realizados por antigos historiadores brasileiros foram identificados os

documentos de nosso interesse no Arquivo Geral do Estado, em arquivos municipais e no arquivo da Casa Real em Haia. Assim, conseguiu-se publicar, em 2001, o “Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês”, ao que se seguiu o aprofundamento dos trabalhos, a nível de Catálogos que vêm sendo publicados pela Universidade de LKeiden em edições bilíngue.

O “Guia de Fontes para a história franco-brasileira” abrange todo o período do Brasil português, dividindo-o no período colonial propriamente dito, considerando separadamente as épocas posteriores, quando há um estatuto administrativo distinto: os períodos do Vice-reinado e o do Reino Unido. Foram pesquisados arquivos e bibliotecas de Paris e de outras cidades, onde houvesse documentos manuscritos de interesse para a história brasileira.

O Projeto Resgate, neste momento, realiza no Arquivo Histórico Ultramarino, possivelmente o seu último compromisso: a finalização da descrição dos documentos relativos a série Conselho Ultramarino – Vários, cerca de 50 caixas com documentação que estava nas capitâneas do Brasil, e que em muitos dos casos referia pessoas e processos pertinentes a nossa história e que por organização interna tal conjunto documental seria inserido na série Reino, o que não veio a ocorrer, cabendo portanto a equipe do Projeto Resgate, organizar, descrever, carimbar, encapilhar e numerar estes documentos, com o objetivo de deixá-los disponíveis aos pesquisadores. E seus alvos não param por aqui: novos rumos são apontados para o futuro, no sentido de mais projetos de cooperação internacional para que, mesmo que não atingindo a exaustão, o Projeto possa cobrir o mais amplamente possível todo o campo dos documentos de interesse brasileiro existentes no exterior. Mas, dentro dos limites alcançados, já se tem material suficiente para muitos e amplos vôos historiográficos renovados.

E com a colocação *on-line* dos documentos pelo Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília no site www.cmd.unb.br o sonho vem aumentando, assim como começam a surgir subprojetos muito estimulantes de elaboração de transcrição dos documentos em publicações como a que está sendo realizada relativamente à documentação da Capitania do Ceará, edições fac-símiles de Códices como a que foi feita do Códice n. 1823, intitulado Rendas e Fiados de Pernambuco, mas que na realidade se refere a vários atuais estados do Nordeste. Tomara que outros sonhos sejam transformados em realidade, fazendo transcrições de outros conjuntos documentais e reeditando em fac-símiles outros Códices. Também começam a surgir projetos mais abrangentes e facilitadores de pesquisas temáticas como o já em andamento de um

Catálogo com as referências de todos os documentos no conjunto documental do Projeto Resgate relativos à História Indígena, à escravidão e à educação no Brasil Colônia. Serão catálogos facilitadores da pesquisa temática que estão a ser elaborados por uma equipe coordenada pela Prof. Dra. Juciene Ricarte Apolinário, que esteve em Lisboa trabalhando no Projeto Resgate e que atualmente é professora da Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba.

Como bem afirmou o Professor da Universidade de São Paulo, José Jobson de Arruda Andrade, coordenador do Catálogo dos documentos relativos à Capitania de São Paulo, na sua introdução: “A verdadeira questão reside, a partir de agora, no acicate que estes documentos venham a provocar no meio dos historiadores, colocados diante do problema da multiplicidade de fontes disponíveis e da variedade de possibilidades analíticas. Indubitavelmente, estes repertórios provocarão desassossego, aquela espécie de sentimento que costuma abrir as portas da imaginação criadora, tão bem vinda”.^{xiii}

ⁱ As autoras têm atuado no Projeto Resgate, respectivamente como coordenadora geral do Projeto junto ao Ministério da Cultura do Brasil, como coordenadora acadêmica e consultora de Arquivística e como pesquisadora e responsável pela equipe no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

ⁱⁱ Veja-se por exemplo um estudo feito por Megale e Neto (2006) denominado “Por Minha Letra e Sinal”, baseado na documentação do AHU, referente às capitanias de São Paulo e Minas Gerais, cujos microfilmes se encontram na USP. Depois da pesquisa nos documentos manuscritos dos séculos XVII e XVIII, os pesquisadores buscaram novas informações sobre a época das bandeiras e constaram o português então praticado. Através de entrevistas observaram os traços da língua portuguesa que resistiram ao tempo e permaneceram até hoje nas cidades erguidas sobre os antigos caminhos do ouro. Outro exemplo é o das teses de doutoramento de estudantes brasileiros defendidas em universidades portuguesas. Antônio Wilson de Souza realizou um estudo no âmbito de um doutorado, intitulado “O Desenho no Brasil do Século XVIII”, utilizando a documentação manuscrita depositada no AHU e tratada pelo Resgate, como fonte primordial para o estudo do desenho na sociedade do Brasil colonial.

SOUZA, A. W. *O Desenho no Brasil no Século XVIII. Ornatos de Documentos e Figurinos Militares*. Porto: Universidade do Porto, 2008 (Tese de Doutorado em História da Arte).

MEGALE, H.; NETO, S. *Por Minha Letra e Sinal*. São Paulo: Editora Ateliê, 2006.

ⁱⁱⁱ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2005, p. 279-291.

^{iv} Estamos falando das 8 caixas do Ministério da Marinha e Ultramar e das duas caixas da agora chamada Coleção Brasil. Trabalho cuja coordenação ficou a cargo do professor

doutor Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda, investigador do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e que se encontra em fase de indexação.

^vVer BERTOLETTI, Esther Caldas. *Arquivos - Escaninhos da Memória*. Blogue de História Lusófona. Instituto de Investigação Científica Tropical.

Disponível em <http://www2.iict.pt/index.php?idc=102&idi=11716>

Acesso em 4 de Maio de 2011.

^{vi} Cf. ABRANTES, Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 1, 1997, p. 1-12 e ABRANTES, M. L.; MARTINHEIRA, J. S. A Modernização do AHU e a valorização do Patrimônio Documental.

^{vii} Cf. BERTOLETTI, Esther Caldas. *Arquivos copiados para fazer a História do Brasil*. [13 de Outubro, 2007]. Lisboa: Diário de Notícias. Entrevista concedida a Leonor Figueiredo. P. 35.

^{viii} FREIRE, Luiz Gustavo Lima. O Projeto Resgate e a história da educação brasileira: pontos de convergência in *Jornal da Ciência*. SBPC.

Disponível em:

<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=45714>

Acesso em 5 de maio de 2011.

^{ix} Ver SERRÃO, J. e MARQUES, O. *Nova História da Expansão Portuguesa O Império Luso - Brasileiro 1750-1822*, 1ª ed. Lisboa: editorial Estampa, 1986. Vol. VIII, pp. 174-175.

^x DIAS, Érika S. de Almeida C. A ida da Corte para o Brasil na Documentação do Arquivo Histórico Ultramarino in *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*, ICS: Lisboa, 2010, Capítulo 24, p. 560.

^{xi} Ver IRIA, A. Inventário Geral dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil (fontes para a história luso-brasileira) in *Revista Studia*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, separata nº 18, p. 41 -192, 1966. E J. Sintra MARTINHEIRA. J. *Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

^{xii} ABRANTES. *Op. Cit*, Fontes para a história do Brasil Colonial..., p. 3

^{xiii} ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Resgate da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino referente ao Brasil (1986-2004), in *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2006, p. 21.

Disponível em:

<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/2/19>

Acesso em 5 de maio de 2011.